

# **PROGRAMA NOVO MAIS EDUCAÇÃO E AMPLIAÇÃO DA JORNADA ESCOLAR: A ESTRUTURA FÍSICA EM QUESTÃO**

Maria de Fátima Matos de Souza  
[fmatoz@gmail.com](mailto:fmatoz@gmail.com)

Eliene Brito Passos  
[enapassos@yahoo.com.br](mailto:enapassos@yahoo.com.br)

## **Introdução**

A educação é uma temática bastante debatida na atualidade, principalmente quando relacionada à qualidade do ensino ofertado nas escolas públicas e às políticas educacionais de ampliação do tempo escolar. Esse debate tem ocorrido também em função dos conceitos de educação integral, educação de tempo integral e/ou aluno de tempo integral (CAVALIERE 2009). Todavia, não podemos deixar de lado dentre dessa discussão a infraestrutura, justamente por ser um dos pilares para a melhoria da qualidade do ensino.

Quando falamos aqui de infraestrutura, falamos de salas e ambientes adequados, mas também de algo que envolve recursos pedagógicos, com equipamentos e apoios administrativos. Isso, porque compreendemos que uma infraestrutura escolar inadequada impacta não apenas nos resultados gerais, mas também no trabalho diário dos professores e no aprendizado dos estudantes (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA, 2019)

A Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9394/96 (BRASIL, 1996) asseguram não apenas o acesso, mas também a permanência com sucesso do estudante na rede pública de ensino. O PNE de 2014-2024 (BRASIL, 2014) também foca nessa permanência quando, na Meta 7, discorre acerca da melhoria da infraestrutura escolar, de modo a possibilitar a melhoria da qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, prevendo também a melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem. Portanto, para o acesso e permanência do aluno no contraturno escolar, a infraestrutura é essencial.

Desse modo, tornou-se pertinente analisar a estrutura física que a Escola “Amazônia” possui para atender aos alunos do Programa Novo Mais Educação (PNME) no contraturno, considerando a fala dos sujeitos que vivenciam cotidianamente a materialização das políticas educacionais que são implantadas/implementadas com o objetivo de elevar a qualidade do ensino ofertado.

## **Metodologia**

Para a realização deste estudo, optamos pela abordagem qualitativa, por nos permitir fazer uma análise a partir das falas dos sujeitos entrevistados, que foram: direção da escola e a coordenação do programa, as quais lideraram o processo de implementação do PNME.

Os dados foram organizados com base nas seguintes categorias: gestão democrática; políticas públicas e educação integral/educação de tempo integral. Para a interpretação dos dados, utilizamos a análise do discurso pautada em Bardin (2016).

## **Resultados e discussão**

Para receber o aluno no contraturno é necessário que a escola disponha de uma infraestrutura boa, cujos espaço estejam equipados e apropriados as diversas atividades que o programa oferece aos alunos.

A Escola “Amazônia”, lócus desta pesquisa, dispõe de uma ampla estrutura física, o que de certa forma facilita a implantação de programas e projetos que demandam espaço físico para a realização das atividades no contraturno, como é o caso do PNME.

No entanto, a escola tem salas com problemas sérios na parte elétrica e no telhado, o que ocasiona infiltrações e goteiras, além de ventiladores danificados, paredes sujas, janelas e algumas portas danificadas, entre outros problemas os quais necessitam de solução, quer por parte da direção quer por parte do governo, o qual é o proprietário da instituição. Enquanto isso, os

servidores e alunos ficam à espera de uma reforma, que até aquele momento (08/2019) não havia acontecido.

De acordo com a vice-diretora da escola, o “*programa é novo, mas a estrutura é precária*” (informação verbal), ou seja, o PNME traz para a escola uma proposta de trabalho com novas demandas pedagógicas, mas a estrutura física não passou por nenhum processo de melhorias. Em outro trecho da entrevista, ela chega a dizer que: “*tivemos que fazer alguns ofícios pedindo pra Seduc uma reforma, uma básica reforma, e eu confesso para vocês que não fomos atendidos*” (informação verbal). Essa fala deixa claro que a Secretaria Estadual de Educação (SEDUC), o órgão responsável pela promoção das políticas públicas na rede estadual, não contribuiu naquele momento com melhorias no espaço físico para que as atividades fossem realizadas de forma apropriada.

Essa tem sido uma luta incansável da gestão de muitas escolas públicas junto às secretarias de educação, buscando adequação da rede física, para então dedicar-se mais às questões pedagógicas. A vice-diretora da Escola “Amazônia” foi mais enfática ainda, reforçando a necessidade de melhorias na infraestrutura da escola e acrescentou que: “*você tira ele da casa dele para vir pra escola numa situação precária, poxa ele já tem essa situação precária na casa dele*” (informação verbal). Um bom acolhimento e um espaço agradável contribuem para que os alunos sintam prazer em lá estar e aprender mais; isso se reflete na melhoria da aprendizagem como um todo, e não somente nos índices divulgados.

Quando questionada sobre os principais desafios encontrados pela gestão da escola na implantação e execução do PNME, a diretora respondeu: “*se você me perguntar se o dinheiro que veio para o Novo Mais Educação seria suficiente para resolver todas essas questões estruturais do programa, eu ia te dizer que não. [...] pois ele não me dar condições de ajustar a escola pra receber o programa*” (informação verbal).

Para compreender melhor essa questão, Moraes (2014, p. 106) desenvolveu uma pesquisa sobre a influência da infraestrutura no desempenho escolar e constatou que: “o desempenho escolar pode ser influenciado sim pela

infraestrutura disponível, entretanto a relação não é direta, pois uma gestão escolar eficiente, pode mudar este contexto”. Infelizmente, a gestão tem esse desafio, que é mudar o contexto de abandono em que boa parte das escolas públicas no Brasil se encontra.

Há contradição entre objetivos e metas dos programas e projetos educacionais, pois o padrão de qualidade estabelecido na legislação brasileira não condiz com a realidade das escolas, dada a precariedade dos recursos financeiros destinados para ampliação e conservação das estruturas das escolas. Resta aos gestores buscar “parcerias” com a comunidade para que as políticas educacionais sejam minimamente implementadas nas escolas públicas.

### **Considerações finais**

Os dados mostraram que a infraestrutura da escola não é suficiente para as demandas necessárias das atividades do PNME, realizadas no contraturno, além de não ser suficiente, a infraestrutura existente é precária e necessita de maiores investimentos para que o atendimento no contraturno aconteça de forma a promover a inclusão dos alunos num contexto de aprendizagem e integração social, e não apenas a elevação dos índices de aprendizagem.

Quando há uma política educacional que prevê a ampliação do tempo de permanência dos alunos na escola, a infraestrutura torna-se um dos fatores que precisa ser priorizado, pois é na escola que os alunos passarão boa parte do dia utilizando diversos ambientes, além das salas de aula, como: banheiros, quadra de esporte, biblioteca, laboratório de informática e multifuncional, refeitório etc.

### **Referências**

CAVALIERE, Ana Maria Villela. Escola de tempo integral versus alunos em tempo integral. **Em Aberto**, Brasília, v. 22, n. 80, p. 51-63, abr. 2009.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edição 70, 2016

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, [1996]. Disponível em: <[tinyurl.com/aak8psjy](http://tinyurl.com/aak8psjy)>. Acesso em: 20 abr. 2021.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação. Brasília, DF: Presidência da República, 2014. Disponível em: <[tinyurl.com/5xb4mxxb](http://tinyurl.com/5xb4mxxb)>. Acesso em: 20 abr. 2021.

MORAES, Mônica Figueiredo de. **A influência da infraestrutura no desempenho escolar**: estudo de caso de três escolas do estado do Rio de Janeiro. 2014. 136 f. Dissertação (Mestrado profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2014.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA - UNESCO. **Qualidade da infraestrutura das escolas públicas do ensino fundamental no Brasil**. Brasília: UNESCO, 2019.